

CONSERVADORISMO NOS RESULTADOS CONTÁBEIS DOS BANCOS EM PORTUGAL

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

José Alberto Soares da Fonseca
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Giovani Antonio Silva Brito
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o conservadorismo nos resultados contábeis dos bancos portugueses. Para isso, foram utilizados os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro proposto por Basu (1997) e o de Ball e Shivakumar (2005) em 52 bancos (33 de capital aberto e 19 fechados) no período de 2000 a 2007, utilizando-se, assim da abordagem econométrica de dados em painel. O primeiro modelo considera que as firmas que se defrontam com más notícias são mais propensas a reconhecer oportunamente as perdas econômicas em seus resultados contábeis do que as empresas que se defrontam com boas notícias. No segundo modelo, Ball e Shivakumar (2005) incluíram no modelo de Basu (1997) uma variável binária interativa que discrimina as empresas segundo sua forma societária (DPR = 1 se a empresa for de capital fechado e 0 se for de capital aberto). A análise dos resultados da aplicação do modelo de Basu (1997) aos dados das instituições que compuseram a amostra revela que não há evidências da presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis reportados pelas instituições financeiras que atuam em Portugal, o que leva à rejeição da primeira hipótese de pesquisa. O segundo modelo, o de Ball e Shivakumar (2005) reafirma o modelo de Basu (1997) e demonstra, também, que não há reconhecimento oportuno das perdas nas instituições fechadas em comparação às instituições abertas em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: *Conservadorismo nos Resultados, Oportunismo, Dados em Painel, Bancos.*

1. INTRODUÇÃO

No conjunto total do *disclosure* de uma empresa, não está contida apenas a parte de informação que é regulada por lei, mas, também, a veiculação de toda informação que seja útil para a tomada de decisões pelos *stakeholders*.

Com isso, o *disclosure* pode ser tanto compulsório (abrange os requerimentos de informações para registro das companhias abertas e as demais informações periódicas expedidas pelas comissões de valores mobiliários ou associações de cada país), como voluntário (envolve informações que não são obrigatórias por lei, mas que oferecem maior transparência para a empresa no âmbito corporativo como, por exemplo, o Balanço Social) quantitativo ou não.

Vale salientar que um *disclosure* não é só feito de informações (qualitativas ou quantitativas) positivas. Conforme Goulart (2003, p. 60), para a garantia da “transparência”, faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações “positivas” como também as “negativas”.

Esse fato significa que o mercado aceita resultados negativos de empresas, por exemplo, prejuízos, mas que tenham fundamento técnico, ou seja, a transparência permite que usuários da informação possam realizar julgamentos adequados e tomar decisões não enviesadas, dado que a própria informação não contenha viés.

Sloan (2001, p. 342) comenta sobre pesquisas que investigam temas relacionados com a informação contábil e os sistemas financeiros. Essa literatura pode ser categorizada em três grandes áreas:

A primeira área é a pesquisa que examina a relação entre a qualidade do *disclosure* com o custo de capital (Lang and Lundholm, 1996; Botosan, 1997; Botosan e Plumlee, 2000). A segunda área que pesquisa a efetividade de mecanismos específicos de monitoração do processo de *reporting* das demonstrações financeiras; essa área inclui pesquisas na qualidade da auditoria (Becker et al., 1998; Francis et al., 1998) e qualidade dos Conselhos de Administração e Comitês de Auditoria (Beasley, 1996; Dechow et al., 1996; Carcello e Neal, 2000; Peasnell et al., 2000). A última área pesquisa as causas e conseqüências de deficiências no processo de evidenciação; Essa pesquisa foca os efeitos do gerenciamento de resultados (Rangan, 1998; Teoh et al., 1998) e manipulação de resultados (Feroz et al., 1991; Dechow et al., 1996).¹ *Tradução livre.*

As pesquisas que analisam o poder da informação contábil estão relacionadas com o conceito de Assimetria de informação. Segundo Healy e Palepu (1993, p. 1), Assimetria da Informação é quando, em um modelo de informação financeira ou econômica, algum agente possui informação sobre certa empresa ou ativo superior a outro agente.

Há várias críticas com relação aos estudos que envolvem a informação contábil. Segundo Verrecchia (2001, p. 97-180), não há uma teoria que abranja e seja sólida com relação às informações emitidas pelas empresas, o que há é um conjunto de direcionadores que ajudam a integrar os estudos.

Robert Verrecchia foi bastante ponderado em fazer esse comentário, pois, segundo Dye (2001, p. 181-135), a teoria da divulgação já se encontra em um estágio avançado, podendo até mesmo, ser considerada como desenvolvida.

Como demonstrado por Verrecchia (2001, p. 97-100), há a categorização do estudo do disclosure em três modelos, ou três categorias, que são elas²:

- Divulgação Baseada em Associação.
- Divulgação Baseada em Discrecionariiedade.
- Divulgação Baseada em Eficiência.

A segunda categoria, mais importante para este estudo, da Discrecionariiedade, examina como gestores e/ou empresas exercem discrecionariiedade no que diz respeito à

¹ *The first area is research examining the relation between the overall quality of financial disclosures and the cost of capital (e.g., Lang and Lundholm, 1996; Botosan, 1997; Botosan and Plumlee, 2000). The second area consists of research on the effectiveness of specific mechanisms monitoring the financial reporting process. This area includes research on audit quality (e.g., Becker et al., 1998; Francis et al., 1998) and board of directors; audit committee quality (e.g., Beasley, 1996; Dechow et al., 1996; Carcello and Neal, 2000; Peasnell et al., 2000). The final area consists of research on the causes and consequences of failures in the financial reporting process. This research focuses on the determinants and effects of earnings management (e.g., Rangan, 1998; Teoh et al., 1998) and earnings manipulation (e.g., Feroz et al., 1991, Dechow et al., 1996).*

² *Associaton-based disclosure; Discretionary-based disclosure; e, Efficiency-based disclosure.*

divulgação da informação sobre os que eles têm conhecimento (VERRECCHIA, 2001, p. 97)³.

Esse tipo de pesquisa está muito ligado aos estudos de Fields, Lys e Vincent (2001, p. 255-307) sobre *Accounting Choices* (Escolhas Contábeis). Na teoria de Escolhas Contábeis, há a idéia de *proxies* ou imperfeições de mercado que influenciam as escolhas contábeis por parte dos gestores: custos de agência, assimetria da informação e externalidades. Todas essas *proxies* são devidas aos contratos entre os principais e os agentes não serem completos e a ausência de um mercado perfeito.

Os custos de agência são relacionados com questões contratuais como remuneração dos gestores e declaração de dívidas (*debt covenant*); a assimetria de informações é associada com a relação entre gestores (bem informados) e investidores (não tão bem informados quanto os gestores); as externalidades que afetam as partes não contratantes, relacionadas a terceiros ou itens não contratuais, podendo-se dar como exemplo a contabilização das *stock options*.

Nessa questão, inserem-se pesquisas sobre Conservadorismo Contábil. Em uma de suas explicações, o Conservadorismo estudado por Basu (1997), e mais utilizado em pesquisas, conceitua-o como a tendência dos contadores de exigir um grau maior de verificação para reconhecer como ganhos as boas notícias, do que para reconhecer as más notícias como perdas. Nesse sentido, o conservadorismo implica que as empresas, ao se defrontarem com más notícias, reconhecem imediatamente as perdas estimadas nos resultados contábeis. Porém, quando elas se defrontam com boas notícias, os ganhos esperados não são reconhecidos rapidamente nos resultados, devido às maiores exigências quanto à sua verificação.

Analisando os estudos de conservadorismo, Mora e Lara (2004) examinaram o grau de conservadorismo em oito países europeus (Reino Unido, Alemanha, França, Suíça, Holanda, Itália, Espanha e Bélgica). Os autores obtiveram evidências da prática de conservadorismo contábil em todos os países, com graus diferenciados entre eles, sendo o mais acentuado no Reino Unido.

Ferreira, Lara e Gonçalves (2007) pesquisaram o conservadorismo em Portugal e o compararam com instituições no Reino Unido e Alemanha. Para isso, utilizaram o modelo de Basu (1997) para companhias abertas, excetuando-se as financeiras. Concluiu-se existir em Portugal os dois tipos de conservadorismo referidos no trabalho analisado, dado que os resultados indicaram um viés de conservadorismo induzido pela divulgação de notícias sobre resultados das empresas maior no Reino Unido do que em Portugal e na Alemanha, e, o conservadorismo no balanço, aferido por uma maior sobrevalorização dos capitais próprios, é superior em Portugal ao que se observa no Reino Unido.

Dado que não foram percebidos estudos em instituições financeiras em Portugal, o presente estudo examina a prática do conservadorismo nesse país, nos resultados contábeis das instituições financeiras e sua separação entre entidades abertas e fechadas. A pesquisa verifica se os resultados divulgados pelas instituições apresentam atributos de conservadorismo. Para isso, ter-se-á o referencial teórico sobre Conservadorismo e suas pesquisas, a metodologia utilizada e os devidos resultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

³ *The second category is work that examines how managers or firms exercise discretion with regard to the disclosure of information about which they may have knowledge.*

2.1 Conservadorismo Contábil

Lara e Mora (2004) apontam para um referencial histórico que o conservadorismo contábil possua vertentes conceituais: um paradigma formado pela característica do Gerenciamento de Resultados, estudos feito com a análise das variações patrimoniais e outro por um paradigma institucional, dado pelos problemas de agência ocorridos na firma.

Basu (1997) utilizou-se de uma regressão reversa para estudar o conservadorismo nas práticas contábeis, sendo caracterizado por este autor como o grau de verificação exigido pelo contador no reconhecimento de ganhos e perdas econômicas. No caso, é a tendência de os contadores exigirem um maior grau de verificação para reconhecer como ganhos as boas notícias, do que para reconhecer as más notícias como perdas.

O teste de Basu (1997) serviu para fazer a predição de assimetria temporal, utilizando-se de retornos anuais inesperados positivos e negativos como *proxies* para boas e más notícias. Esse pesquisador encontrou que as más notícias são reconhecidas mais rapidamente nos lucros do que as boas notícias. Atribui a assimetria entre o reconhecimento da boa e má notícia nos lucros à exposição da responsabilidade legal enfrentada por gestores para a divulgação tardia de más notícias. O conservadorismo reduz a exposição da responsabilidade de auditores e gestores em aumentar a oportunidade assimétrica dos ganhos em resposta aos aumentos em sua exposição da responsabilidade legal.

Watts (2003a) comenta e Roychowdhury e Watts (2007, p. 6) destacam que o conservadorismo é gerado por alguns motivos, em especial:

- a) seu papel como parte de tecnologias eficientes empregadas na administração de empresas (por exemplo, em *management compensation*) e em contratos externos da firma com outras partes (por exemplo, empréstimos);
- b) nos casos de custos de litígios;
- c) funções de perdas assimétricas dos reguladores; e,
- d) ligações entre os ganhos e os impostos sobre os ganhos.

Holthausen e Watts (2001), em seus estudos sobre a relevância da informação contábil, comentam o aspecto do conservadorismo contábil que não é explicado por teorias diretas de avaliação de empresas ou alguns *inputs* da teoria. Segundo esses autores (2001, p. 37): (...) atrasar o reconhecimento dos ganhos ao antecipar perdas conduz à atenuação dos resultados.

Em relação aos litígios, Watts (2003a, 2003b), *apud* Brito, Lopes e Coelho (2008, p. 05), comenta que os litígios judiciais envolvendo gestores e auditores são mais prováveis quando os lucros e os ativos líquidos da empresa estão superestimados do que quando eles estão subestimados. Em consequência, há um incentivo para os gestores reportarem lucros e ativos líquidos mais conservadores. Esses mesmos autores deixam claro que o conservadorismo não está associado tão somente à disposição dos gestores em fornecer informações contábeis que reflitam em maior ou menor grau a realidade econômica da empresa. Diversos outros fatores são apontados na literatura como motivadores da prática do conservadorismo, como relações contratuais da empresa, mecanismos de governança corporativa, custos com litígios judiciais, estrutura regulatória e legislação tributária, entre outros.

Alguns autores separam o conservadorismo em incondicional e condicional. O primeiro tipo de conservadorismo é o processo que incondicionalmente reporta baixos valores

de patrimônio líquido, independente de sinais de prováveis perdas econômicas (BALL e SHIVAKUMAR, 2005). O conservadorismo condicional, por sua vez, se refere ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do reconhecimento e a possibilidade de ocorrerem perdas econômicas.

Ball e Shivakumar (2005), que são base para esse artigo, discutem que a prática do conservadorismo não é decorrente da estrutura regulatória, mas sim da demanda por informações contábeis úteis para as relações contratuais e que sirvam como mecanismos de governança. A pesquisa desses autores demonstra que os números contábeis das empresas de capital aberto no Reino Unido são mais conservadores do que os das empresas de capital fechado, ainda que elas tenham a mesma regulação, os mesmos padrões contábeis e a mesma tributação.

No Brasil, Brito, Lopes e Coelho (2008), pesquisaram o conservadorismo nos resultados contábeis divulgados pelas instituições financeiras que atuam naquele país. O estudo foi feito aplicando-se os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005), este último modificado para instituições financeiras privadas e estatais, a uma amostra de 276 instituições financeiras durante o período de junho de 1997 a junho de 2007. Segundo esses autores (BRITO, LOPES e COELHO, 2008, p. 14):

[...] os lucros das instituições financeiras, considerados conjuntamente, não apresentam atributos de conservadorismo condicional. No entanto, examinando instituições públicas e privadas separadamente, há evidências da presença de conservadorismo nos resultados publicados pelos bancos estatais, confirmando a hipótese de pesquisa.

2.2 Regulamentação em Portugal

Ball, Kothari e Robin (2000) comentam as diferenciações entre dois modelos legais que influenciam a informação contábil fornecida pelas empresas em países no mundo: o modelo *commom law*⁴ e o *civil law*⁵.

Os países que adotam o sistema de *commom law* possuem instituições e modelos de regulamentação diferentes daqueles que adotam sistemas de *civil law*. Foram percebidas as seguintes diferenças (BALL, KOTHARI e ROBIN, 2000):

- **Regulamentação:** os países que adotam o *commom law* têm estruturas gerais de organização menos regulamentadas do que os países de *civil law*. Entre essas instituições, tem-se o próprio mercado financeiro. “Cabe ressaltar que esses sistemas podem coexistir dentro de um mesmo país na regulamentação de assuntos distintos”. (LOPES, 2002, p. 62).
- **Estrutura Acionária:** Países que adotam o modelo de *commom law* têm mercado de capitais mais bem desenvolvido, com uma estrutura acionária mais dispersa e com um grande número de acionistas. Nesse modelo, a demanda por informações é

⁴ Direito consuetudinário.

⁵ Lei por códigos: direito romano. Apesar de o nome utilizado no artigo original ser *code law*, pode-se confundir como que o direito consuetudinário nãoo possua códigos também.

muito forte e permanente para reduzir a assimetria informacional em relação aos administradores que possuem informação privilegiada. Nos países de *civil law*, o controle das empresas está concentrado nas mãos de poucos acionistas que normalmente estão ligados diretamente à gestão das empresas ou possuem outros tipos de relações diretas como credores ou empregados.

- **Regulamentação Contábil:** Nos países que adotam o *common law*, a Contabilidade está fora da esfera de influência do governo. Mesmo que os órgãos governamentais tenham autoridade para regulamentar a profissão e as práticas contábeis, essa autoridade é transferida para órgãos privados que acomodam membros da profissão e do mercado em seus quadros decisórios. Já nos países que adotam o *civil law*, a Contabilidade é regulada pelo Governo Central e órgãos ligados a ele (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em Portugal, por exemplo).

Observando essas características, o modelo que mais se aproxima de Portugal é o de *civil law*. Portugal possui uma estrutura muito regulamentada, uma estrutura acionária menos dispersa e uma regulamentação contábil muito forte, feita pelo governo por meio de órgãos como o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Segundo Ferreira, Lara e Gonçalves (2007), as empresas portuguesas apresentam altos índices de endividamento, desde que o capital foi canalizado através do sistema bancário. Conseqüentemente, as empresas devem periodicamente emitir informações contábeis aos bancos (por exemplo, balanços financeiros trimestrais e anuais). Não obstante, a importância do mercado de valores mobiliários em financiar as atividades das companhias - embora ainda pequeno - tem aumentado nos últimos anos.

Desde Abril de 1991, a CMVM tem a missão de supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (tradicionalmente conhecidos como “mercados de bolsa”) e a atividade de todos os agentes que neles atuam. Além disso, a CMVM efetua a supervisão presencial dos intermediários financeiros e das entidades gestoras de mercados, de sistemas centralizados de valores e de sistemas de liquidação. Essa supervisão é efetuada por equipas que, mediante ações de rotina, acompanham a atividade destas entidades, tanto nas suas instalações como através da Internet ou de meios eletrônicos de controle direto e contínuo⁶. A CMVM pode, complementarmente, estabelecer algumas regras a respeito do relatório financeiro e influenciar os padrões de contabilidade através de sua representação na Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Os primeiros inícios da CNC nasceram em 1974, nos moldes de uma comissão, com a idéia do Governo, à época, combater a evasão fiscal, a adoção de planos de contas normalizados para as empresas e a normalização contabilística de uma forma geral em Portugal. Em 1977, o primeiro plano de contas oficial foi passado a ter vigor através do decreto-lei 47/77⁷ e criou realmente a Comissão de Normalização Contabilística para o acompanhamento e atualização do decreto-lei, mas remetendo para uma futura portaria a designação dos membros desta Comissão. Os objetivos principais do CNC são ajustes e interpretações dos padrões contábeis, representando Portugal em fóruns internacionais e em grupos de trabalho comum (FERREIRA, LARA e GONÇALVES, 2007).

⁶ Texto retirado de <http://www.cmvm.pt/NR/exeres/7CDE89F4-8E79-4AB2-8AB6-869C929C78A9.htm>.

⁷ Conforme sítio: <http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc4.htm>.

Segundo os mesmos autores (*idem*, 2007, p. 168), a entrada de Portugal na União Européia (Janeiro de 1986) conduziu a uma reforma principal da lei. A lei de companhias, publicada em novembro de 1986, é o regulamento de alteração, substituindo a legislação precedente (que data de 1888), e foi adaptada às diretrizes orientadoras da União Européia. Só em 2005, há o uso das informações contábeis pelas regras do IASB, marco para a União Européia em relação às regras contábeis.

Para algumas companhias, como os bancos e outras instituições financeiras equiparadas, as normas são emitidas pelo Banco de Portugal; como, também para as companhias cujos princípios contábeis, procedimentos, e relatórios financeiros dependam do Instituto de Seguros de Portugal.

3. METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é examinar se os resultados contábeis reportados pelos bancos que atuam em Portugal apresentam atributos de conservadorismo condicional, expressos pelo reconhecimento oportuno das perdas econômicas em relação aos ganhos; bem como verificar se o grau de conservadorismo é diferenciado entre bancos de capital fechado e bancos de capital aberto.

O estudo busca responder as seguintes questões de pesquisa: (i) os gestores dos bancos em Portugal reconhecem de forma mais oportuna as perdas econômicas do que os ganhos econômicos nos resultados contábeis? (ii) os gestores dos bancos de capital aberto são mais conservadores do que os gestores dos bancos de capital fechado na apuração dos resultados contábeis em Portugal?

Para responder essa questão de pesquisa, as seguintes hipóteses são testadas:

- H₁: Os resultados contábeis publicados pelos bancos em Portugal apresentam atributos de conservadorismo condicional.
- H₂: Os resultados contábeis das instituições financeiras de capital aberto apresentam maior grau de conservadorismo condicional do que os resultados contábeis das instituições financeiras de capital fechado.

Para testar as hipóteses de pesquisa, aplicaram-se os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro proposto por Basu (1997) e o de Ball e Shivakumar (2005) que modificou o de Basu (1997). Ball e Shivakumar (2005) incluíram no modelo uma variável binária interativa que discrimina as empresas segundo sua forma societária (DPR = 1 se a empresa for de capital fechado e 0 se for de capital aberto).

Basu (1997) considera que as firmas que se defrontam com más notícias são mais propensas a reconhecer oportunamente as perdas econômicas em seus resultados contábeis do que as empresas que se defrontam com boas notícias reconhecem os ganhos econômicos. Como *proxy* para boas e más notícias, são utilizadas as variações positivas e negativas nos lucros antecedentes, respectivamente.

O modelo separa as observações entre variações positivas e negativas nos lucros precedentes para verificar a assimetria no reconhecimento de ganhos e perdas econômicas nos resultados. O modelo de Basu (1997) é dado por:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

em que:

ΔNI_{it} : variação do lucro do banco i do ano $t-1$ para o ano t , ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t ;

$D\Delta NI_{it-1}$: variável de interação que assume valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$ e valor 0 caso contrário;

ΔNI_{it-1} : variação do lucro do banco i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano $t-1$;

$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$: variável de interação que capta os efeitos de variações negativas antecedentes;

ε_{it} : termo de erro.

Na presença do conservadorismo condicional, as más notícias, representadas pelas variações negativas dos lucros precedentes, são reconhecidas mais oportunamente nos resultados contábeis do que as boas notícias, representadas pelas variações positivas dos lucros precedentes.

O reconhecimento das boas notícias nos resultados contábeis é diferido até o momento da realização do fluxo de caixa, o que faz com que os ganhos econômicos sejam um componente persistente do lucro que não é revertido nos períodos subsequentes. Em consequência, sob a hipótese do conservadorismo espera-se que o coeficiente α_2 do modelo seja estatisticamente igual a zero ($\alpha_2 = 0$).

Além disso, o reconhecimento oportuno das más notícias nos resultados contábeis torna as perdas econômicas um componente transitório do lucro que é revertido no período subsequente. Assim, sob a hipótese do conservadorismo espera-se que a soma dos coeficientes α_2 e α_3 do modelo seja menor do que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$).

A diferença no reconhecimento das boas e más notícias nos resultados contábeis é evidenciada por meio da significância estatística do coeficiente α_3 do modelo. Na presença do conservadorismo, há um reconhecimento mais oportuno das perdas do que dos ganhos, o que implica que o coeficiente α_3 seja menor do zero ($\alpha_3 < 0$). Não há previsão para o comportamento dos coeficientes lineares α_0 e α_1 do modelo.

Já o modelo de Basu, modificado por Ball e Shivakumar (2005) é o seguinte:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{it-1} + \alpha_2 \Delta NI_{it-1} + \alpha_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_4 DPR + \alpha_5 DPR * D\Delta NI_{it-1} + \alpha_6 DPR * \Delta NI_{it-1} + \alpha_7 DPR * D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

em que:

ΔNI_{it} : variação do lucro do banco i do ano $t-1$ para o ano t , ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t ;

$D\Delta NI_{it-1}$: variável de interação que assume valor 1 se $\Delta NI_{it} < 0$ e valor 0 caso contrário;

ΔNI_{it-1} : variação do lucro do banco i do ano $t-2$ para o ano $t-1$, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano $t-1$;

$\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}$: variável de interação que capta os efeitos de variações negativas antecedentes;

DPR : variável *dummy* que assume valor 1 para instituições financeiras fechadas e valor 0 para instituições financeiras abertas;

$DPR * D\Delta NI_{it-1}$: variável que capta o impacto no intercepto do modelo;

$DPR * \Delta NI_{it-1}$: variável de interação, que capta o efeito de variações antecedentes para instituições financeiras fechadas;

$DPR * D\Delta NI_{it-1} * \Delta NI_{it-1}$: variável discriminatória para os valores referentes às instituições financeiras fechadas;

ε_{it} : termo de erro.

Assim como no modelo anterior (Equação 1), espera-se que o coeficiente α_2 seja igual a zero ($\alpha_2 = 0$), em razão da persistência dos ganhos decorrentes das boas notícias. Da mesma forma, espera-se que o coeficiente α_3 seja menor do que zero ($\alpha_3 < 0$) e que a soma dos coeficientes α_2 e α_3 também seja menor do que zero ($\alpha_2 + \alpha_3 < 0$), referentes ao reconhecimento oportuno das perdas decorrentes das más notícias (as quais as torna um componente transitório do lucro) pelos bancos de capital aberto, conforme a segunda hipótese.

A segunda hipótese prevê que os resultados dos bancos abertos são mais conservadores do que os resultados dos bancos fechados. Em consequência, espera-se, também, que os bancos fechados apresentem menor reconhecimento oportuno das perdas decorrentes das más notícias do que os bancos abertos, o que implica que o coeficiente α_7 seja maior do que zero ($\alpha_7 > 0$). Para os objetivos desta pesquisa, não são feitas hipóteses sobre o comportamento dos coeficientes α_0 , α_1 , α_4 , α_5 e α_6 do modelo.

Para estimar os coeficientes dos modelos, utilizou-se a análise de dados em painel, que combina dados em corte transversal e em série de tempo. A estimação dos modelos de regressão com dados em painel foi feita utilizando abordagens de efeitos constantes, fixos e aleatórios. A escolha do modelo mais adequado baseou-se nos resultados da aplicação dos testes F de Chow e W de Hausman.

Os modelos foram aplicados a uma amostra formada por 52 bancos (33 com capital aberto e 19 com capital fechado) que compreende as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central Português, as quais integram o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A amostra representa a população de bancos que publicou seus demonstrativos financeiros no período de 2000 a 2007 (série temporal de 8 anos). Houve algumas fusões e outros bancos foram adquiridos por outros nesse período, por isso há diferentes *cross-sections* para cada série de ano distinta, conforme tabela 1, ou seja, o modelo é desbalanceado.

Ano	Quantidade
2000	36
2001	45
2002	47
2003	48
2004	48
2005	49
2006	49
2007	49

O estudo é realizado com base em dados contábeis, o que permite uma maior abrangência em relação ao tamanho da amostra. Os dados contábeis utilizados são o lucro líquido e o ativo total de cada banco. Todos os dados, como os Demonstrativos Financeiros foram cedidos, gentilmente, pela Associação Portuguesa de Bancos.

4. RESULTADOS

A tabela 2 a seguir exhibe as estatísticas descritivas do lucro líquido dos bancos que fizeram parte da amostra. Para minimizar as diferenças entre os tamanhos dos bancos, o lucro líquido de cada instituição foi dividido pelo seu ativo total em cada ano. Os dados revelam uma elevada amplitude nos resultados dos bancos. O menor resultado é um prejuízo equivalente a 13,1% do ativo total do banco, enquanto o maior resultado é um lucro que equivale a 7,48% do ativo total da instituição.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas

Estatística	Lucro Líquido
Média	0,0078
Mediana	0,0069
Desvio-Padrão	0,0155
Mínimo	-0,1310
Máximo	0,0748

A tabela 3, a seguir, exhibe o lucro líquido médio anual dos bancos que fizeram parte da amostra, durante o período de pesquisa. O ano em que os bancos apresentaram o menor resultado foi o de 2002, exercício em quem o lucro médio representou 0,3% dos ativos totais. Por outro lado, o ano de 2005 foi o exercício em que os bancos apresentaram o maior resultado, um lucro médio equivalente a 1,02% dos ativos totais.

Tabela 3 – Lucro Líquido Médio por Ano

Ano	Lucro Líquido Médio
2000	0,0090

2001	0,0072
2002	0,0030
2003	0,0069
2004	0,0069
2005	0,0102
2006	0,0091
2007	0,0101

Para verificar se os resultados contábeis dos bancos em Portugal apresentam características de conservadorismo condicional, o modelo de Basu (Equação 1) foi aplicado aos dados das instituições que compõem a amostra. Foi utilizado um nível de significância de 5%.

Para estimar os coeficientes dos modelos, utilizou-se a análise de dados em painel, que combina dados em corte transversal e em série de tempo. A estimação dos modelos de regressão com dados em painel foi feita utilizando abordagens de efeitos constantes, fixos e aleatórios. Para o modelo da equação 1, após os testes de Hausman e Chow, escolheu-se o modelo de efeitos aleatórios. Foi utilizada a matriz de White para correção da heteroscedasticidade nos resíduos.

A tabela 4 exibe os resultados da aplicação do modelo à amostra de bancos.

Tabela 4 – Equação 1 para Bancos em Portugal

	Lucro Líquido		
	Coefficiente	Estatística t	P-valor
Intercepto	0,0045	3,1081	0,0021
α_1	-0,0117	-4,2314	0,0000
α_2	-0,0407	-2,1380	0,0333
α_3	0,0499	1,4228	0,1558
$\alpha_2 + \alpha_3$	0,0092		
R ² Ajustado	0,0783		

Conforme mostra a tabela, o coeficiente α_2 é estatisticamente significativo e menor do que zero. Portanto, há indícios de que os ganhos econômicos decorrentes das boas notícias são reconhecidos oportunamente nos resultados dos bancos, o que os torna um componente transitório do lucro e não persistente como esperado sob a hipótese do conservadorismo.

O coeficiente α_3 , por sua vez, não é estatisticamente significativo, evidenciando que não há diferença no reconhecimento das boas e más notícias no resultados dos bancos. Assim, as perdas econômicas não são reconhecidas de forma mais oportuna do que os ganhos, conforme se espera na presença do conservadorismo.

Adicionalmente, a soma dos coeficientes α_2 e α_3 do modelo não é menor do que zero. Dessa forma, as perdas econômicas decorrentes das más notícias não são um componente transitório do lucro como esperado sob a hipótese do conservadorismo.

A análise dos resultados da aplicação do modelo de Basu (1997) aos dados das instituições que compuseram a amostra revela que não há evidências da presença de

conservadorismo condicional nos resultados contábeis reportados pelos bancos que atuam em Portugal, o que leva à rejeição da primeira hipótese de pesquisa.

Para o modelo da equação 2, após os testes de Hausman e Chow, escolheu-se o modelo de efeitos aleatórios. Foi utilizada a matriz de White para correção da heteroscedasticidade nos resíduos.

A tabela 5 exhibe os resultados da aplicação do modelo à amostra de bancos.

Tabela 5 – Equação 2 para Bancos Abertos e Fechados em Portugal

	Lucro Líquido		
	Coefficiente	Estatística t	P-valor
Intercepto	0,0027	9,1194	0,0000
α_1	-0,0052	-15,5116	0,0000
α_2	0,0039	1,0307	0,3035
α_3	0,0304	7,8590	0,0000
$\alpha_2 + \alpha_3$	0,0343		
α_4	0,0060	2,6346	0,0089
α_5	-0,0159	-3,4810	0,0006
α_6	-0,0440	-0,7812	0,4353
α_7	-0,1128	-2,3971	0,0171
R ² Ajustado	0,1097		

O coeficiente α_2 não apresentou significância estatística, o que indica que os ganhos são um componente persistente do lucro que não é revertido nos períodos seguintes pelos bancos abertos. O coeficiente α_3 é positivo e estatisticamente significativo, indicando que o reconhecimento das perdas não é mais oportuno do que o dos ganhos para esse grupo de bancos.

Como a soma dos coeficientes α_2 e α_3 é maior do que zero, as perdas não se distinguem como um componente transitório do lucro, que tende a ser revertido no período seguinte, indicando, assim, que não há comportamento conservador pelos bancos abertos.

O coeficiente α_7 é negativo e estatisticamente significativo, revelando que não há reconhecimento oportuno das perdas nas instituições fechadas em comparação às instituições abertas. Dessa forma, o modelo demonstra que os resultados das instituições financeiras de capital aberto não são mais conservadores do que os resultados das instituições financeiras de capital fechado, conforme previsto na segunda hipótese (H_2).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo examinou a prática do conservadorismo condicional nos resultados contábeis dos bancos que atuam em Portugal. Os modelos de reversão de componentes transitórios do lucro propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) foram aplicados aos resultados contábeis reportados por 52 bancos durante o período de 2000 a 2007, utilizando a abordagem econométrica da análise de dados em painel.

A análise dos resultados da aplicação do modelo de Basu (1997) aos dados das instituições que compuseram a amostra como um todo revelou que não há evidências da

presença de conservadorismo condicional nos lucros contábeis reportados pelos bancos que atuam em Portugal, o que levou à rejeição da primeira hipótese de pesquisa.

Adicionalmente, os resultados obtidos com a aplicação do modelo de Ball e Shivakumar (2005) reafirmam o modelo anterior, revelando que os lucros contábeis das instituições financeiras de capital aberto não apresentam um grau maior de conservadorismo condicional em relação às instituições financeiras de capital fechado, levando também à rejeição da segunda hipótese de pesquisa.

Dessa forma, os lucros contábeis reportados pelos bancos em Portugal no período analisado não apresentam atributos de conservadorismo condicional, expresso pelo reconhecimento oportuno das perdas econômicas em relação aos ganhos econômicos. Analisando separadamente instituições financeiras de capital aberto e fechado também não se observam resultados mais conservadores nas primeiras, a despeito da demanda diferenciada por informações contábeis dos usuários do primeiro grupo.

Essas evidências refletem as características do ambiente institucional português, cujo modelo legal de *civil law* influencia a demanda por informações contábeis. Nesse sentido, não se observa uma demanda do mercado pelo atributo do conservadorismo condicional como sinal de qualidade informacional dos lucros reportados.

REFERÊNCIAS

BALL, R.; KOTHARI, S.P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*. v.29, p.1–51, February, 2000.

BALL, R.J.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*. v.39, p.83-128, February, 2005.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*. v.24, n.1, p.3-37, December, 1997.

BEASLEY, Mark Swearingen. An empirical analysis of the relation between board of director composition and financial statement fraud. *The Accounting Review*. V. 71, 443–466, 1996.

BECKER, Connie L. et al. The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*. V. 15, 1–24, 1998.

BOTOSAN, C. A. *Disclosure Level and the Cost of Equity Capital*. **The Accounting Review**. 72, 323-349, 1997.

BOTOSAN, C. A.; PLUMLEE, M. Disclosure level and the expected cost of equity capital. Working paper. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=208148> or DOI: 10.2139/ssrn.208148. University of Utah. 2000.

BRITO, Giovani A. S.; LOPES, Alexsandro B.; COELHO, Antonio C. D. Conservadorismo nos Resultados Contábeis de Instituições Financeiras Estatais e Privadas. In: 32º ENANPAD. Anais. Rio de Janeiro: Setembro, 2008.

CARCELLO, J. V. and NEAL, T. L. Audit Committee Composition and Auditor Reporting. Disponível em: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=229835>. 2000.

DECHOW, P. M. et al. Causes and consequences of earnings manipulation. *Contemporary Accounting Research*. V. 13, 1–36. 1996.

- DYE, Ronald A. *An Evaluation of “Essays on Disclosure” and the disclosure literature in accounting*. **Journal of Accounting & Economics**. V. 12, p. 480-511, 1990.
- FEROZ, E. H. et al. The financial and market effects of the SEC’s accounting and auditing enforcement releases. *Journal of Accounting Research*. V. 29, 107–142, 1991.
- FERREIRA, L. Fernandes; LARA, J. M. G.; Gonçalves, T. Accounting Conservatism in Portugal: Similarities and Differences Facing Germany and the United Kingdom. *Revista de Administração Contemporânea*. 2a Edição Especial. P. 163 – 188. 2007.
- FRANCIS, J. R. *et al.* The Role of Big 6 Auditors in the Credible Reporting of Accruals. *Auditing: A Journal of Theory and Practice*. Vol. 18, n. 2, 1998. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=147752. Acessado em: 01/02/2007.
- FIELDS, Thomas D.; LYS, Thomas Z.; VINCENT, Linda. *Empirical Research on Accounting Choice*. **Journal of Accounting and Economics**. V. 31, 255–307, 2001.
- GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. The effect of Firms’ Financial Disclosure Strategies on Stock Prices. *Accounting Horizons*, Vol 7, n.1. Mar -1993.
- HOLTHAUSEN, R.; WATTS, R. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, 31, pp. 3–75. 2001.
- LANG, Mark H.; LUNDHOLM, Russell J. Corporate disclosure policy and analyst behavior. *The Accounting Review*. V. 71, 467–492, 1996.
- LOPES, Alexsandro B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- LOPES, Alexsandro B.; MARTINS, Eliseu. *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2005.
- LARA, J. M. G.; MORA, A. Balance Sheet and Earnings Conservatism in Europe. *European Accounting Review*. Vol. 13, N. 2, 261 – 292, 2004.
- PEASNELL, K. V. et al. Board Monitoring and Earnings Management: Do Outside Directors Influence Abnormal Accruals? Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=249557>. October, 2000.
- RANGAN, S. Earnings management and the performance of seasoned equity offerings. *Journal of Financial Economics*. V. 51, 101–122. Amsterdam: 1998.
- ROYCHOWDHURY, Sugata; WATTS, Ross L. Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*. V. 44, Issues 1-2, September 2007, Pages 2-31
- SLOAN, R. S. Financial accounting and corporate governance: a discussion. *Journal of Accounting and Economics*. V. 32, p. 335-347. 2001.
- TEOH, S. H. et al. Earnings management and the underperformance of seasoned equity offerings. *Journal of Financial Economics*. V. 51, 63–99. Amsterdam: Out, 1998.
- VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. *Journal of Accounting & Economics*. Vol. 32, 97 – 180. 2001.

WATTS, Ross L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting Horizons*. v.17, n.3, p.207-221, September, 2003a.

_____. Conservatism in accounting part II: Evidence and research opportunities. *Accounting Horizons*. v.17, n.4., p.287-301, December, 2003b.